COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO LEGISLATIVA Nº 26 , DE 2003

Dá nova redação ao parágrafo único do Art. 1177da Lei nº 10496, de 10 de janeiro de 2002- Código Civil.

Autor: MEM- Movimento Ecumênico Mundial

Relator: Deputado Feu Rosa

I – RELATÓRIO

Trata-se de Sugestão Legislativa encaminhada pelo MEM-Movimento Ecumênico Mundial, acerca de nova redação ao parágrafo único do Art. 1177, da lei 10406, de 10 de janeiro de 2002, novo Código Civil. Justifica a proposição com argumentos de que os contabilistas estariam sendo prejudicados pela determinação do supracitado parágrafo, que diz respeito à responsabilidade civil de empresários e contabilistas.

A sugestão veio acompanhada dos documentos exigidos.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A sugestão legislativa proposta consiste em modificar a o art. 1177 do Código Civil, a fim de transformar o sistema de distribuição de responsabilidade civil por ato de preposto contabilista e preponente empresário.

Na atual redação, o parágrafo único estabelece que há responsabilidade do contabilista perante o preponente por atos culposos e responsabilidade de ambos, solidariamente, perante terceiros, pelos atos dolosos.

A proposição sugerida modificaria essas disposições para o seguinte: responsabilidade dos preponentes e prepostos por atos culposos, bem como responsabilidade solidária perante terceiros por atos dolosos.

Logo salta a vista que ambas as normas, a em vigor e a ora sugerida, são idênticas no que tange à responsabilidade solidária por dolo perante terceiros. Assim, a inovação seria em relação à primeira parte, ou seja, somente quanto à responsabilidade por culpa.

A lei exige a responsabilidade de empresário, diretor, gestor, administrador e contabilista pelo ato de gestão. A redação do novo Código Civil pode ensejar a transferência de responsabilidade apenas para o contabilista, que, a rigor, só é responsável pelo fiel registro das operações contábeis. Por isso a nova redação proposta para o art. 1177 do Código Civil.

3

Sobre o mérito da medida, cremos ser oportuno melhor

explicitar os limites pelos quais respondem os contabilistas. A profissão exige alto

grau de responsabilização, pela própria natureza da função que exercem, mas

não é justo responsabilizá-los por atos fora de sua esfera de controle.

Por todo o exposto, somos pela apresentação da referida

proposta, nos termos do Projeto de Lei anexo.

Sala da Comissão, em de

de 2003.

Deputado FEU ROSA Relator

PROJETO DE LEI № , DE 2003 (Da Comissão de Legislação Participativa)

Dispõe sobre a responsabilidade dos prepostos, modificando o Art.1177 do Código Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a responsabilidade dos prepostos, modificando o Art. 1177 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil.

Art. 2º O Parágrafo Único do Artigo 1177, da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 1177.....

Parágrafo Único – No exercício de suas funções, os prepostos, juntamente com os preponentes, são pessoalmente responsáveis pelos atos culposos, e, perante terceiros, solidariamente pelos atos dolosos. (NR)"

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O novo Código Civil está ensejando muitas dúvidas, decorrentes de redações nem sempre perfeitas dos novos dispositivos. No caso do Art. 1177, trata-se de dúvida quanto aos limites da responsabilidade dos contabilistas.

A lei exige a responsabilidade de empresário, diretor, gestor, administrador e contabilista pelo ato de gestão e seus registros. A redação do novo Código Civil pode ensejar a transferência de responsabilidade apenas para o contabilista, que, a rigor, só é responsável pelo fiel registro das operações contábeis, a partir de dados passados pelos administradores. Por isso a nova redação proposta para o art. 1177 do Código Civil, que explicita os exatos limites em que responderão os contabilistas.

Por tratar-se de lei que visa ao aperfeiçoamento do novo Código Civil, conclamamos os Nobres Pares a aprovarem esta proposição.

Sala de Reuniões, de de 2003.